



As Sociedades de Medo

Este livro apresenta uma reflexão oportuna sobre o impacto das heranças de terror e de violência nas democracias da América Latina. Os editores dividem a violência em três categorias, dentro do âmbito mais alargado da construção do Estado: relacionado com a manutenção da tradicional ordem social oligárquica; à modernização do Estado e à incorporação das massas na vida política; e, finalmente, às dificuldades sentidas nos processos de democratização. A primeira, tem a sua origem no “patrimonialismo ibérico e colonial” exclusivista, que sobreviveu ao longo dos tempos e foi modernizado sob uma ordem política e democrática inconsistente. A segunda está associada com a ascensão dos regimes de terror “autoritários e burocráticos” dos anos 70. A última é uma “nova violência” baseada na exclusão social e política, na pobreza, e no surgimento de novas formas de criminalidade.

O livro analisa a situação de alguns territórios, que têm essa herança de violência, devido a guerras civis recentes (México, América Central, particularmente a Guatemala e El Salvador, e o Peru), ou os que não estiveram numa situação de guerra civil, mas que não obstante sentem essas importantes heranças da violência (uma categoria difusa que inclui o México, a Argentina e a Colômbia), e aqueles que encetaram negociações para transições democráticas (Chile, Brasil, México e Cuba).

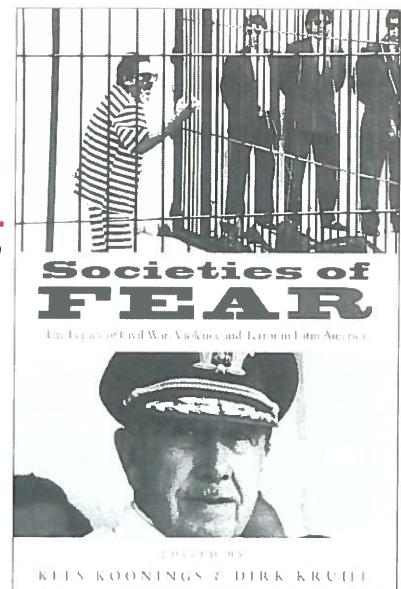
De grande interesse para aqueles que trabalham sobre a vida política e social brasileira, é a análise efectuada sobre a “nova violência” em regimes democráticos, baseada na exclusão social e política, na pobreza, e no aparecimento de novas formas de criminalidade. Tal como o autor argu-

Alexandra Barahona de Brito, Investigadora Associada do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

Alexandra Barahona de Brito

Kees Koonings & Dirk Kruijt, (eds.), Societies of Fear: The Legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America. (London: Zed Books, 1999)

menta, no Brasil a perpetuação das formas tradicionais de mediação do poder num contexto de pobreza e exclusão social generalizada, é a principal causa da violência continuada sob o regime democrático, mais do que a herança de repressão militar *per se*. É interessante estabelecer uma comparação entre o caso brasileiro e outro examinado no livro; o chileno. Enquanto no Brasil o significado da violência autoritária militar passada é insignificante em comparação com a violência sob o regime democrático, no Chile o passado está sempre presente. O autor, Patricio Silva, afirma que o medo de um regresso aos anos de caos da governação de Allende, condicionaram as atitudes da elite face à democracia e ao aprofundamento democrático. Enquanto o Brasil optou por esquecer as violações de direitos humanos do passado, com a adopção da lei da amnistia, os chilenos ainda estão a tentar lidar com as repercussões da repressão protagonizada pelo regime de Pinochet, que teve consequências importantes para o governo democrático actual. Todavia, esta dicotomia tem sido continuamente mitigada nos últimos anos, o que mostra a crescente importância das questões de direitos humanos na última década. O governo de Fernando Henrique Cardoso finalmente adoptou legislação para compensar as famílias das vítimas de repressão em 1995, e criou uma comissão de investigação para determinar o paradeiro dos que foram mortos. Recentemente, foi instaurado um inquérito sobre o papel dos militares brasileiros na Operação Condor, o plano coordenado e secreto de repressão transfronteiriço, iniciado pelo re-



gime de Pinochet, em que o Brasil participou, conjuntamente com a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A ênfase, colocada por muitos autores, no papel desempenhado pelas mentalidades e práticas informais para mediação de relações políticas e sociais, na perpetuação de formas de mediação de poder não democráticas, é particularmente relevante no caso brasileiro. Contribui para uma compreensão mais abrangente dos obstáculos da democratização, levando o leitor a ir além do mero destaque “político-cultural” institucional e estático.

Os editores argumentam que a herança do medo gerada pelo passado violento e as condições actuais do processo de democratização na região, distorcem e destroem as capacidades do Estado para construção de uma cidadania. Assim, o medo tem sido percepcionado como gerador de certas práticas e valores, enquanto o Estado é considerado imediatamente um portador dessa herança, e dos instrumentos visivelmente inadequados para a sua eliminação. Dada a resistência a mudanças e reformas profundas, criada e perpetuada pelas práticas e mentalidades não democráticas baseadas no medo, este assunto continuará, muito possivelmente, a preocupar os cientistas sociais. Este livro funciona como uma introdução bem escrita e premente sobre os assuntos de relevância para os problemas enfrentados pelas “sociedades de medo”